

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O DISPOSITIVO CULTURAL COMO DIFUSOR DE IDEOLOGIAS, O LEGADO DO ESTADO NOVO

Isabela Sousa Curvo

Universidade do Minho, Lab2PT-Uminho

curvo.isabela@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva realizar uma discussão acerca da utilização dos dispositivos¹ culturais como meio de promulgação de propaganda ideológica em estado autoritários, tendo como foco temático entre a década de 30 e 40 no Brasil. A definição desse recorte temporal justifica-se face à relevância dada ao uso da cultura institucionalizada como alicerce propagandístico pelos governos nacionalistas. Pautamo-nos em uma análise norteada em tais dispositivos como instrumentos de comunicação essencial para a divulgação de informação e efetividade de um processo comunicacional de cunho político e promoção de valores. Volta-se à responsabilidade destes no que tange à transferência de informação, propomos mensurar o sistema de valores, signos e representações do discurso ideológico no contexto de um período conturbado da história brasileira.

O nosso objeto implica uma abordagem na linha da história política e cultural, com ênfase na análise da construção da memória coletiva. O panorama de desenvolvimento da pesquisa aponta para uma reflexão crítica, de natureza qualitativa, com foco teórico discursivo, sobre diferentes tipos de formas de construção de discurso presente na diversidade dos dispositivos culturais, em especial nas instituições museológicas pautadas a serem analisadas.

¹ A noção de dispositivo refere-se à definição de Foucault: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2001, p. 244).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ESTADO NOVO, DISPOSITIVO CULTURAL E MEMÓRIA COLETIVA

No que concerne aos dispositivos culturais, importa ressaltar sua capacidade de simbolizar elementos centrais nas agendas políticas, em virtude da sua competência de definir, efetivar e questionar a identidade cultural de diferentes grupos sociais. (FARIA, 1989). No âmbito da memória, como resalta Le Goff, é notável que seu uso possa servir tanto para a dominação e domesticação dos homens, quanto para a sua libertação, dependendo da forma que se é manipulada, em especial por ambientes institucionalmente legitimados. “A memória situa-se no plano de apreensão do tempo, como fenômeno psicológico ligado à vida social [...], as informações que representam o passado são simultaneamente atualizadas e armazenadas”. (LE GOFF, 1984, p.87).

Dessa forma, os usos políticos das memórias, não incomumente recorridos em estratégias de rememorações, referem-se às experiências vividas e transmitidas por determinado recorte populacional², mas também a partir de mitologias coletivas (Lavabre, 2008). Partindo desse pressuposto, é necessária uma análise crítica de seu uso nos denominados “lugares de memória” (NORA, 1993). Em tais espaços há a possibilidade de materialização do invisível, apresentada sobretudo na dicotomia memória *versus* esquecimento e adotando a rememoração como suporte para a criação da chamada memória coletiva (Halbwachs, 2004), destacando-se, dessa forma, enquanto instrumentos que reforçam a coesão social. Como também destaca Pollak:

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...)” (POLLAK, 1989, p. 9)³.

Seus usos estabelecem-se em um tempo-lugar definido, uma vez que são inerentes às

² A perspectiva da memória difere na pluralidade dos grupos sociais. Os grupos são determinados pelo tempo e espaço, sendo cada indivíduo inserido simultaneamente em diversos grupos.

³ Pollak faz uma crítica a Halbwachs ao apontar a falta de destaque a determinados aspectos construtivistas da memória coletiva pois, para o autor, Halbwachs dá especial atenção à ideia de uma memória coletiva não coercitiva, capaz de unir os indivíduos em comunidades afetivas. Já Pollak atenta à perspectiva construtivista que busca identificar os autores e os processos legitimadores dessas construções, de forma a evidenciar a seletividade presente na constituição de uma memória hegemônica.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

condições sociais para as quais se produziram representações que ambicionam materializar um passado.

Os sistemas simbólicos são “instrumento de comunicação e de conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo” e que por isso servem “como um instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente.” (BOURDIEU, 1974, p.86). A relação entre o poder, a cultura e os sistemas simbólicos são, por esse autor, caracterizadas como sistemas de fatos e de representações. Analisam-se, para tanto, as modalidades de enquadramento da identidade coletiva como possíveis agentes promotores de valores, através do uso do patrimônio histórico-cultural por meio dos dispositivos culturais, no âmbito de vastas comemorações nacionalistas (ALMEIDA, 2005).

Os regimes autoritários, assim como os totalitários, do século XX utilizaram a propaganda como forma de difusão dos valores almejados, através da exaltação de suas conquistas e para divulgação de uma perspectiva dita promissora. Adotaram a cultura como meio de divulgação dos valores que defendiam, enaltecendo seus feitos, conquistas e uma suposta superioridade. E, assim, estes governos se “vendiam” para o mundo como um “produto” de qualidade elevada e de difícil equiparação (PEREIRA, 2012). Questionar a maneira como os dispositivos culturais foram instrumentalizados enquanto mecanismo de propaganda visa corroborar a nossa hipótese central da manipulação do sistema de poder político face ao poder simbólico cultural. Ou seja, acreditamos no potencial dos dispositivos culturais em agir e incorporar diretamente na construção e promoção de um imaginário social e de uma memória coletiva, utilizados como mecanismo de coerção.

No Brasil, durante a vigência do Estado Novo (1937 - 1946), o governo propôs-se exaltar um exacerbado sentimento nacionalista, com o intuito de proclamar uma suposta grandeza, que o regime visava recuperar (GORI, 2018). Assim como também assinala Capelato “Os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazifascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira” (CAPELATO, 1999, p. 92). O objetivo do regime brasileiro de forjar uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

identidade nacional foi realizado à luz da conjuntura ideológica e das ações adotadas por outros governos nacionalistas vigentes no início do século XX: Portugal (em que igualmente se encontrava em vigor um regime estadonovista), a Itália fascista, a Alemanha nazista, o Stalinismo na União Soviética, entre outros. Como nos é assinalado em relação ao caso alemão: “a oferta estetizante que o nazismo trouxe à cena política era familiar a uma visão enraizada na cultura nacional” (LENHARO, 1994, p. 38). Visão aproximada ao fascismo italiano apontado por Fogu, para quem: “*The ensemble of mental icons in which the historic essence of fascism was imagined and from which it was projected into visual and ritual representation that aimed at making the past present, rather than seeking legitimation from the past*” (FOGU, 2003, p. 65),

Tal pesquisa está dentro de um leque de estudos da cultura fascista de cariz esteticizante. Assim, uma de nossas premissas consiste em considerar que a cadeia propagandista, semelhante aos moldes dos fascismos e nazismo, concretizou uma tentativa de reformular os mecanismos de controle social.

D’Alessio (2012) destaca que uma das faces mais visíveis da relação nação/preservação é o uso do passado feito pelos Estados Nacionais em busca da legitimação de seus respectivos projetos políticos. Procuramos, assim, salientar a importância dada às celebrações cívicas que funcionavam como instrumentos imperativos na concepção e difusão de uma educação nacional, patriótica, cívica e moralizante ao serviço do governo.

Getúlio Vargas criou em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵,

⁴ “O conjunto de ícones mentais nos quais a essência histórica do fascismo foi imaginada e a partir da qual foi projetada na representação visual e ritual que visava tornar o passado presente, em vez de buscar legitimação do passado” (Tradução da autora).

⁵ O regimento do DIP, decreto n. 5.077, aprovado dois dias após sua criação, apresenta outros objetivos: Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, foi diretamente subordinado ao Presidente da República e teve a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento. (BRASIL, 2015)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cuja direção-geral foi confiada a Lourival Fontes⁶. Esse Departamento funcionava como um apêndice da Imprensa Nacional e era vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ainda no que concerne à questão da imprensa, é relevante questionar a sua influência no desenrolar do processo, e as novas práticas de veiculação da mensagem. Incluindo, ainda, características que nos apontem a que interesse tais mensagens atendiam, frisando a interferência governamental na imprensa⁷. De acordo com Antonio Gramsci, citado por Maria Helena Weber (2000), dois tipos de controle político são usados para que seja garantido o funcionamento de um regime:

A dominação direta do conjunto da sociedade, através da força e da coerção física, e a direção exercida através do controle e dominação ideológicos. Nenhum Estado, no entanto, funciona desenvolvendo apenas ações repressivas; em algum momento, ele tem de conquistar a legitimidade e obter o consenso do conjunto da sociedade, em particular das classes subalternas. No século XX, os governos têm realizado grandes investimentos – políticos e financeiros – para criar complexas estruturas de comunicação. Essa estratégia transformou o exercício do poder ditatorial e demonstrou quão eficaz pode ser a comunicação para a política. (GRAMSCI apud WEBER, M. H., 2000, p. 151).

Segundo Diniz (1978) o governo patrocinou eventos culturais e cívicos de forma a regulamentar um sistema ideológico e cultural que representariam os interesses do seguimento industrial em ascensão e, em consequência, a repressão aos grupos economicamente desfavorecidos, como o caso dos trabalhadores das fábricas, em especial, almejando utilizá-los como veiculadores de uma mensagem de transformação.

A CRIAÇÃO DE MUSEUS NACIONAIS

Dentre o grande espectro dos dispositivos culturais, selecionamos a análise das instituições museológicas, uma vez que se configuraram como espaços distintos que operam na construção da memória coletiva e na relação de poder entre esquecimento e lembrança. Pautamo-nos no pressuposto da conferência de valores e definição de “autenticidade”

⁶ Jornalista e partidário da Aliança Liberal, cuja coligação oposicionista disputou a presidência da República em 1930, que teve à frente Getúlio Vargas. Apoiou o movimento revolucionário de 1930, comandado por Vargas, que resultou na sua chegada ao poder em novembro do mesmo ano.

⁷ Como um aspecto a ser considerado, apontamos a Fundação Darcy Vargas, fundada em 1938 pela então primeira dama do mesmo nome, que possuía como um de seus ramos a Casa do Pequeno Jornaleiro, financiada principalmente pelos empresários da informação. Por essa via estabelecia-se um canal de entendimento entre a grande imprensa e o governo. (Fausto, 2006).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

observáveis em tais ambientes, estabelecidos como locais de lazer, estudo, pesquisa, consumo e de estetização do cotidiano. São espaços que se configuram como locais tradicionais de ritualização entre memória e esquecimento. A narrativa circundante, do tempo e da memória, culmina no conjunto de valores com a finalidade de uma compreensão conceitual dos acontecimentos documentalmente constitutivos das memórias, resultante de sua materialização.

Nossa análise visa questionar a influência da organização social, cultural, e seus diversos meios de comunicação empregados, na construção e perpetuação da memória coletiva. Vale ressaltar quanto a presença concomitante da memória histórica no entrelaçamento da memória coletiva⁸, uma vez que, ainda seguindo a teoria de Halbwachs (2004), por meio daquela percebemos certas subjetividades na memória coletiva, já que fatos históricos deixam impressões e marcas nos sujeitos, pois “o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós” (HALBWACHS, 2004, p. 12).

Voltando-nos ao museus, ressaltamos que o discurso de uma exposição é observável em uma instância recorrente à semiótica⁹, pois que essa é ferramenta de interpretação sócio-cultural. Segundo André Desvallées (1998), discurso expográfico é o desenvolvimento de temas a partir de uma linguagem expositiva, que busca a manifestação de uma proposta - estética, política, cultural, social, econômica - utilizando-se para isso diferentes códigos, símbolos e signos. Almejamos, assim, perscrutar as representações materiais de poder simbólico em tais espaços culturais, com a finalidade de averiguar o propósito ideológico apresentado.

No quadro abaixo apresentamos os museus criados em âmbito federal durante a vigência do Estado Novo:

⁸ “A história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas” (Halbwachs, 2004, p.91).

⁹ De acordo com Pierce (1999) mediação é sinônimo de semiótica, ou seja, de apropriação, ou confluência, de um signo em outro, que resulta no processo de comunicação. Em outras palavras, um signo se completa no posterior e esse no seguinte, infinitamente, mediação é a função sócio-cultural primordial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quadro 1 - Museus criados em esfera nacional e assinados por Getúlio Vargas.

MUSEU	LOCAL	ANO	LEGISLAÇÃO
Museu Nacional de Belas-Artes	Rio de Janeiro - RJ	1937	DECRETO Nº 36.778, DE 14 DE JANEIRO DE 1955. ¹⁰
Museu Imperial	Petrópolis - RJ	1940	LEI Nº 4.639, DE 26 DE MAIO DE 1965. ¹¹
Museu da Inconfidência	Ouro Preto - MG	1944	DECRETO-LEI Nº 965, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1938 ¹²

Pierre Bourdieu aborda a temática da relação entre o poder e o conhecimento, a cultura e os sistemas simbólicos, que ele denomina como sistemas de fatos e de representações. Os sistemas simbólicos são “instrumento de comunicação e de conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo” e que por isso servem “como um instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente.” (BOURDIEU, *apud* MICELLI, 2004, p. 8).

A análise dos conceitos “de capitais” de Bourdieu permite entender como as relações de poder, concretizadas na relação entre *habitus* e campo, relacionam-se com a estruturação da cultura individual. Por *habitus*, Bourdieu define:

É a sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob a forma de *habitus*. Os indivíduos “vestem” os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição

¹⁰ Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/98309-aprova-o-regimento-do-museu-nacional-de-belas-artes-do-ministerio-da-educacao-e-cultura.html>. Acesso em 10/08/2021.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4639.htm. Acesso em 10/08/2021.

¹² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decree-to-lei-965-20-dezembro-1938-347898-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/08/2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjuntamente aproximadas e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para "guardar suas distâncias" ou para manipulá-las estrategicamente, simbolicamente ou realmente reduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las (BOURDIEU, 1983, p. 75).

Bourdieu buscou esclarecer como determinado capital simbólico pode ser utilizado por agentes sociais para se posicionarem de forma privilegiada na hierarquia social. Bourdieu aponta que, consciente ou inconscientemente, é indissociável, aos participantes do processo escolar, um relacionamento natural e familiar com o conhecimento e com a linguagem. Os relacionamentos positivos, que caracterizam a qualidade linguística e o capital cultural, são adquiridos no seio familiar, por meio de uma aprendizagem difundida adquirida pelos atos cotidianos da alta classe social em que se inserem. As ações e pensamentos característicos da classe dominante reforçam a relação com a cultura e com o conhecimento.

O capital cultural pode ser visto sob três formas: Estado incorporado, objetivado e institucionalizado. No estado incorporado, a assimilação, incorporação e a durabilidade do capital cultural requerem tempo e só podem ocorrer de forma pessoal, visto que, se fosse externo, perderia a qualidade de capital cultural. No estado objetivado, o capital cultural aparece na aquisição de bens culturais, através do capital econômico, sendo necessário possuir o capital cultural incorporado, que viabiliza a posse dos mecanismos de apropriação e os símbolos necessários à identificação destes. No capital institucionalizado, a característica deste ocorre na propriedade cultural dos diplomas e sua aquisição. O capital social exprime-se em um mecanismo de difusão de relações em um sistema social, onde o volume de capital social e econômico determina as relações sociais.

Bourdieu conceitua a violência simbólica enquanto mecanismo de coerção entre o dominante e o dominado. Esse tipo de violência está presente nos símbolos e signos culturais, onde há o reconhecimento tácito da autoridade exercida por um grupo de pessoas a outro, nesse caso, não há reconhecimento do dominado de sua condição, uma vez que tal situação lhe é imposta como natural. O autor se pauta no ambiente escolar com ações passíveis à alteração dessa realidade, propondo à escola “desenvolver em todos os membros

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da sociedade, sem distinção, a aptidão para as práticas culturais que a sociedade considera como as mais nobres” (BOURDIEU, 1974, p. 62).

Face a tal constatação, a proximidade do discurso teórico elaborado por Bourdieu e sua justaposição nas instituições culturais são observáveis quando da constatação de que a mesma hierarquização presente na sociedade é também encontrada em museus, quando esses, em vez de utilizarem mecanismo de alteração dessa realidade, como proposto pelo autor, corroboram com uma sociedade elitista e hierarquizada. Os agentes e as instituições que estão à frente de uma instituição cultural aproveitam-se do capital cultural simbólico e legitimam, ou deslegitimam, os acervos em prol da memória cultural, ao mesmo tempo em que se tornam propulsores do capital econômico. “Os acervos documentais e o capital de testemunho de que são investidos ocupam lugar central, bem como os acervos museológicos e os atributos de autenticidade que conferem às peças sua forma simbólica” (HEYMANN, 2004, p.5). O rearranjo documental é, portanto, utilizado para atestar importâncias. Acerca da cultura legítima, Olinto (1995, p.7) afirma que “A cultura legítima incluiria a cultura já institucionalmente aceita como erudita: os autores clássicos, a arte exposta em museus, a música tocada nas salas de concerto. A esse tipo de cultura só terão acesso indivíduos que desenvolveram um esquema de apreciação necessário para tal”.

É, portanto, evidente a responsabilidade dessas instituições no que tange a transferência de informação de cunho histórico, sendo tal incumbência rodeada por inúmeros fatores que são objetos de estudo das ciências aqui pautadas, já que a produção de conhecimento nos museus “só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor” (BARRETO, 1999). Os desafios da narrativa museológica, e no caso aqui aplicado aos museus, perpassam questões de cunho científico e social do tratamento da informação historiográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

DINIZ, Eli. A modernização e seus suportes ideológicos. In: *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 27).

DRUMOND, Maurício. *Estado novo e esporte: a política eo esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)*. 7Letras, 2014.

FARIA, M. L. *Avaliação da eficácia do discurso museológico. Um estudo sociológico sobre os públicos e a experiência global da vida*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. Companhia das Letras, 2006.

FOGU, Claudio. Actualism and the fascist historic imaginary. *History and Theory*, 2003, vol. 42, no 2, p. 196-221.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal. [Links]. _____ . (1982)

HALBWACHS, M. A memória coletiva (LT Benoir, Trad.). *Sao Paulo: Centauro Editora.(Original Publicado em 1950)*, 2004.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Ateliê Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques, et al. *História e memória*. 2003.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. Ática, 1986.

LUMINET, Olivier, et al. The interplay between collective memory and the erosion of nation states—the paradigmatic case of Belgium: Introduction to the special issue. 2012.

NETO, Maria João Baptista. *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumen*, 2001.

NORA, Pierre, et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 1993, vol. 10.

PIERCE, C. S. *Semiótica*, trad. José Teixeira Coelho Neto. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, 1989, vol. 2, no 3, p. 3-15.

POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves et al. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. Memória do futuro: um desafio. Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo, 2004.